

# PROCURADOR JURÍDICO

## 21/10/2018

PROVAS	QUESTÕES
DIREITO ADMINISTRATIVO	01 a 10
DIREITO CIVIL	11 a 16
DIREITO CONSTITUCIONAL	17 a 24
DIREITO ELEITORAL	25 a 26
DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO	27 a 30
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	31 a 38
DIREITO IMOBILIÁRIO	39 a 40
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	41 a 47
DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL	48 a 50
CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE JATAÍ E ESTADO DE GOIÁS	51 a 52
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	53 a 60
PROVA DISCURSIVA	-

**SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO**

**ATENÇÃO:** Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A Criação é ilimitada. Excede o tempo e o espaço.

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno de provas, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao aplicador de provas.
- 2 Este caderno contém a prova objetiva e a prova discursiva. A objetiva é composta de **60** questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas **uma** é a correta.
- 3 O cartão-resposta e o caderno de respostas da prova discursiva são personalizados e não serão substituídos em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-los, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com emenda, corretivo, rasura ou com mais de uma marcação, terá pontuação zero.
- 5 Estas provas terão **cinco horas** de duração, incluídos, nesse tempo, os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição das respostas para o cartão-resposta e, na prova discursiva, para o caderno de respostas.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **três horas** de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. Somente será permitido levar o caderno de questões após **quatro horas** do início das provas, desde que permaneça em sala até esse momento. É vedado sair da sala com quaisquer anotações, antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem as provas, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado por todos eles, e terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão colocar suas respectivas assinaturas.

CONCURSO PÚBLICO

**DIREITO ADMINISTRATIVO****— QUESTÃO 01 —**

As licitações públicas vinculam-se ao princípio da legalidade, porém os Tribunais Superiores têm permitido flexibilizações hermenêuticas. É da lavra destes tribunais o seguinte entendimento:

- (A) a administração pública pode declarar nulidade dos seus próprios atos desde que autorizada pelo Poder Judiciário.
- (B) a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.
- (C) o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis, mas não a dos atos normativos.
- (D) o descabimento de mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.

**— QUESTÃO 02 —**

A desapropriação é forma de Intervenção do Estado, e tem como nortes legais e jurisprudenciais o seguinte preceito:

- (A) o desapropriado receberá indenização correspondente à área real na desapropriação por interesse social se ficar constatado que a área medida do bem é maior do que a escriturada no Registro de Imóveis.
- (B) o cumprimento das exigências do Plano Diretor é requisito dispensável para a caracterização da função social da propriedade urbana.
- (C) a indenização deve ser prévia, justa e em dinheiro, sendo a avaliação o momento balizador do quantum a ser indenizado.
- (D) a desapropriação indireta é comportamento regular da administração que pressupõe o apossamento de bem particular sem as formalidades necessárias.

**— QUESTÃO 03 —**

De acordo com a lei de Improbidade Administrativa,

- (A) o agente público corresponde àquele que exerce cargo ou função pública, excluindo-se os agentes transitórios ou sem remuneração.
- (B) o agente público que deixa de prestar contas, quando obrigado a fazê-lo, comete ato de improbidade porque atentou contra os princípios da Administração Pública.
- (C) o sucessor daquele que enriquecer ilicitamente estará isento das cominações legais.
- (D) os atos ímprobos estão restritos aos atos dolosos que causarem prejuízo ao erário.

**— QUESTÃO 04 —**

Conforme a Lei nº 8.112/1990, no que concerne às penalidades impostas aos agentes públicos,

- (A) a advertência, em regra, é oral, apesar de não ser uma norma absoluta.
- (B) a conversão em multa é inaplicável à pena de suspensão.
- (C) a prescrição para atos puníveis com demissão é de cinco anos.
- (D) a exoneração é a pena mais grave prevista.

**— QUESTÃO 05 —**

A respeito da forma, da competência e dos requisitos dos atos administrativos,

- (A) é legítimo o aumento de tarifas portuárias por ato do Ministro da Viação e Obras Públicas.
- (B) é legal condicionar a renovação de licença de veículo ao pagamento de multa, quando o infrator não foi notificado.
- (C) tem caráter jurisdicional o ato do presidente do tribunal relativo ao processamento e pagamento de precatório.
- (D) é indelegável o poder de polícia, mesmo quando o agente competente queira delegá-lo.

**— QUESTÃO 06 —**

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, sem contar com uma possibilidade de prorrogação por igual prazo, como medida cautelar para que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, e sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de até

- (A) 20 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 120 dias.

**— RASCUNHO —**

**— QUESTÃO 07 —**

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- (A) assiduidade; disciplina; capacidade de iniciativa; moralidade; responsabilidade.
- (B) assiduidade; disciplina; capacidade de iniciativa; produtividade; responsabilidade.
- (C) assiduidade; disciplina; criatividade; produtividade; responsabilidade.
- (D) assiduidade; capacidade de iniciativa; produtividade; responsabilidade; moralidade.

**— QUESTÃO 08 —**

Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

- (A) as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- (B) as gratificações e os adicionais não se incorporam ao vencimento ou provento.
- (C) as indenizações incorporam-se ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- (D) as indenizações incorporam-se ao vencimento ou provento em função da idade do servidor.

**— QUESTÃO 09 —**

Nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, a administração pública obedecerá aos princípios de

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, legitimidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, legitimidade e efetividade.
- (C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.

**— QUESTÃO 10 —**

Nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002,

- (A) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (C) o uso comum dos bens públicos deve ter gratuidade garantida.
- (D) os bens públicos dominicais são inalienáveis.

**— RASCUNHO —**

**DIREITO CIVIL****— QUESTÃO 11 —**

A regularidade dos elementos acidentais permite a eficácia dos negócios jurídicos. Dentre esses elementos, está a condição

- (A) necessária, cujo fato condicionante da aquisição do direito é futuro e incerto.
- (B) legal para aquisição do direito, que é inserta no ato negocial por vontade do agente.
- (C) potestativa, em que o fato condicionante da aquisição do direito é a lei.
- (D) suspensiva, em que acontecimento futuro e incerto provoca aquisição do direito.

**— QUESTÃO 12 —**

Segundo a doutrina clássica, o patrimônio é a emanção da personalidade, razão pela qual

- (A) todas as pessoas possuem patrimônio e este não é cessível, pois a pessoa não pode alienar todos os seus bens.
- (B) o patrimônio pode ser alienado, pois não é direito personalíssimo das pessoas naturais.
- (C) o patrimônio da pessoa natural é transmissível por ato inter vivos ou em razão da morte do seu titular.
- (D) a pessoa é proprietária de seu patrimônio, podendo dele dispor livremente, conforme sua vontade.

**— QUESTÃO 13 —**

O ordenamento jurídico brasileiro prevê o direito de superfície, direito real sobre coisa alheia, contemplando-o no Código Civil e no Estatuto da Cidade, sendo que:

- (A) o proprietário não poderá utilizar o imóvel durante a vigência do contrato de superfície.
- (B) o superficiário tem direito de usar, gozar e dispor da coisa alheia na integralidade.
- (C) o superficiário pode dar em garantia o direito de superfície para pagamento de dívidas.
- (D) o proprietário receberá pela transmissão inter vivos do direito de superfície.

**— QUESTÃO 14 —**

O direito brasileiro disciplina diferentes tipos de sociedades empresariais caracterizados por formas diversas de responsabilidade. Assim, na sociedade

- (A) em conta de participação, somente o sócio participante obriga-se perante terceiros.
- (B) em nome coletivo, a responsabilidade dos sócios é solidária perante terceiros e pode ser limitada entre si.
- (C) em comandita, somente o sócio comanditário obriga-se perante terceiros.
- (D) limitada, a responsabilidade dos sócios pela integralização do capital é restrita ao valor de suas quotas.

**— RASCUNHO —**

**QUESTÃO 15**

Leia a ilustração e o texto a seguir.



Disponível em: < <http://justificando.cartacapital.com.br/2014/11/08/nova-lei-de-locacoes-e-o-despejo-por-falta-de-pagamento/> > . Acesso em: 20. jul. 2018.

A imagem ficou notoriamente conhecida em razão do seriado mexicano *Chaves*. A personagem com a mão aberta, Seu Barriga, era proprietário de diversos imóveis em uma vila onde as demais personagens residiam e sempre se deslocava à vila para cobrar os aluguéis. No enredo do seriado, a personagem Seu Madruga estava sempre inadimplente com seu credor, sendo esse fato tratado como cômico nos episódios.

No que se refere ao pagamento direto e ao inadimplemento das obrigações:

- (A) a regra consta que o pagamento deverá ser efetuado no domicílio do credor como no caso da ilustração, salvo convenção diversa entre as partes ou se resultar da natureza do negócio jurídico.
- (B) havendo pagamento dos aluguéis, o credor não poderá cobrar a incidência de multa, haja vista que sempre presumem-se pagos, cabendo então, ao devedor, somente o termo de quitação.
- (C) qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, interessado ou não em sua extinção, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor e, em ambos os casos, o terceiro sub-roga no direito de credor.
- (D) considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer; assim, a personagem do Seu Madruga, havendo obrigação, positiva e líquida, no seu termo, está em mora independente da constituição desta.

**QUESTÃO 16**

Os contratos celebrados de maneira desproporcional por pacientes, premidos de necessidade, com objetivo de salvarem a si próprios ou alguém de sua família, são possíveis de anulação, desde que configurado como um defeito do negócio jurídico. O defeito do negócio jurídico que vislumbra essa possibilidade é:

- (A) lesão.
- (B) erro de direito.
- (C) estado de perigo.
- (D) dolo.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****— QUESTÃO 17 —**

Leia o texto a seguir.

Se há diferenças grandes entre homens e mulheres, o enfoque em raça mostra que a situação da população negra é ainda mais grave. Com base nos mesmos dados, entre as pessoas que recebem até 1,5 salário-mínimo, estão 67% dos negros brasileiros, em contraste com menos de 45% dos brancos. Cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois salários-mínimos. Tal como acontece com as mulheres, os negros são menos numerosos em todas as faixas de renda superiores a 1,5 salário-mínimo, e para cada negro com rendimentos acima de 10 salários- mínimos, há quatro brancos.

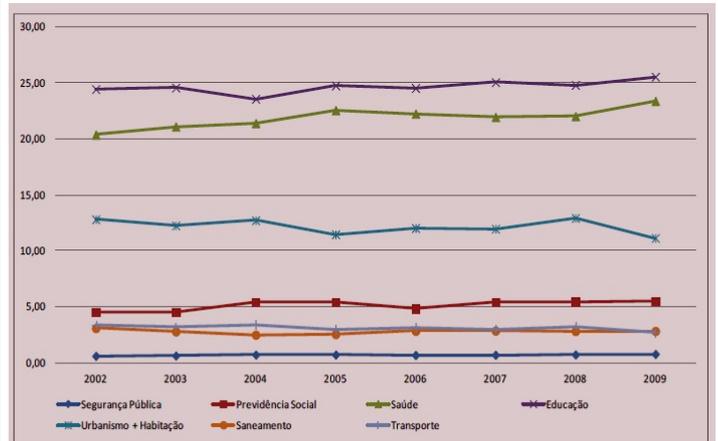
OXFAM, Relatório A Distância que nos Une. 2017, p.27 disponível em: <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio\\_A\\_distancia\\_que\\_nos\\_un\\_e.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_un_e.pdf)>. Acesso em: 01.ago.2018.

A Constituição Federal estabelece no Artigo 5º o princípio da igualdade, da dignidade humana e o combate a todas as formas de discriminação. Considerando o texto, qual é a reflexão que está em consonância com este artigo?

- (A) A igualdade, como eficácia transcendente, recepcionou as situações de desigualdade estabelecidas antes da Constituição de 1988, considerando-se essas uma consequência do agrupamento natural dos indivíduos.
- (B) A igualdade deve garantir as liberdades materiais e a dignidade humana, tendo por objetivo a igualdade de condições sociais, meta a ser alcançada pela lei infraconstitucional e por políticas públicas.
- (C) O princípio da igualdade formal, constitucionalmente estabelecido, tem garantido aos brasileiros e às brasileiras igualdade material de condições e a observância do respeito à dignidade humana.
- (D) A princípio da igualdade na aplicação da lei tem a finalidade de impedir a ordem infraconstitucional de estabelecer discriminações com caráter de atenuação de desníveis sociais.

**— QUESTÃO 18 —**

O gráfico a seguir apresenta o percentual médio de gasto em políticas selecionadas sobre o gasto total, para os anos de 2002 a 2009, por parte dos municípios brasileiros.



ARRETCHE, Marta. (Coord.). *Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional*. Brasília: Ministério das Cidades/Centro de Estudos da Metrópole-USP, 2012. p. 76.

Com base na interpretação do gráfico e nos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, os municípios

- (A) estão aplicando o percentual constitucional mínimo de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- (B) estão aplicando o percentual constitucional mínimo de vinte e cinco por cento da receita tributária na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- (C) estão aplicando o percentual constitucional mínimo de vinte e cinco por cento da receita orçamentária na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- (D) devem aplicar o percentual constitucional mínimo de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, mas o gráfico é inconclusivo a esse respeito.

**— QUESTÃO 19 —**

Leia o texto a seguir.

O Município, na sua condição de ente federativo brasileiro, possui suas competências delineadas, sejam elas no território da discussão político-administrativa, sejam no âmbito das disputas a aterrissem nas instâncias do Poder Judiciário, em virtude dos conflitos de atuação legislativa e executiva que a constituição dirigente tem imposto aos distintos componentes da Federação brasileira. [...] a questão da competência municipal, como no caso da suplementação da legislação federal e estadual no que couber (art. 30, II, da Constituição Federal), permanece indefinida. Esta indefinição tem representado não raramente o principal momento causador da consolidação do pacto federativo brasileiro, na medida em que disputas judiciais arrastam todas as entidades federativas à inação ou a superposição de ações, a desembocarem em autênticos dramas administrativos e políticos.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. Comentário ao artigo 29. In: CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. p. 783.

A contribuição da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixa o entendimento de que os municípios

- (A) coordenarão e executarão, com exclusividade, os programas de assistência social, podendo delegá-la a entidades beneficentes e de assistência social.
- (B) legislarão, com exclusividade, sobre a vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito em caso de dupla vacância.
- (C) serão incompetentes para legislar sobre a exigência de equipamentos de segurança em imóveis destinados a atendimento ao público.
- (D) atuarão prioritariamente no ensino fundamental, por meio de escolas e creches.

**— RASCUNHO —****— QUESTÃO 20 —**

Buscando enfrentar o patrimonialismo e concretizar mandamentos da Constituição de 1988, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 13, que veda o nepotismo praticado por meio de nomeação para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Tendo em vista o alcance da referida súmula,

- (A) é autorizada a designação de cônjuge, companheiro ou companheira da autoridade nomeante, ausente o parentesco.
- (B) é autorizada a designação de primos da autoridade nomeante.
- (C) é autorizada a designação de sobrinho de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção.
- (D) é autorizada a designação de cunhadas e cunhados de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de assessoramento.

**— QUESTÃO 21 —**

A administração pública, na prática de atividades para a consecução dos interesses coletivos, obedece aos ditames constitucionais, entre os quais estão os princípios

- (A) da legalidade, segundo o qual o administrador atua com finalidade própria e discricionariedade, conforme disposto no art. 5º da Constituição Federal.
- (B) da impessoalidade, segundo o qual o agente é um executor do ato administrativo-governamental do próprio agente político.
- (C) da moralidade, segundo o qual é preciso penetrar na intenção do agente público para conhecer o resultado ético do ato.
- (D) da publicidade, que determina o termo inicial da produção de efeitos do ato a partir da sua divulgação.

**— QUESTÃO 22 —**

O direito de petição, como prerrogativa democrática de invocar a atenção dos poderes públicos sobre dada situação,

- (A) tem por legitimadas as pessoas naturais, brasileiras, que comprovem a existência de ilícito público de lesão a interesse próprio.
- (B) é instrumento de participação político-fiscalizatória, em defesa da legalidade constitucional e do interesse geral.
- (C) é prerrogativa dos eleitores em defesa da cidadania, demonstrado interesse próprio e lesão a um bem geral.
- (D) constitui direito de caráter essencialmente formal concedido a brasileiros natos de reclamar ilicitude pública lesiva a interesse próprio.

**— QUESTÃO 23 —**

O poder constituinte decorrente da soberania popular pode ser

- (A) originário com caráter condicional e limitado, tendo por forma de expressão a Assembleia Nacional Constituinte e a Revolução.
- (B) derivado com caráter ilimitado e permanente, tendo por forma de expressão, com caráter representativo, a Assembleia Constituinte.
- (C) derivado com caráter subordinado e condicionado, tendo por forma de expressão com caráter representativo órgãos estabelecidos na Constituição.
- (D) originário com caráter inicial e condicionado, tendo por forma de expressão com caráter representativo os próprios poderes constituídos.

**— QUESTÃO 24 —**

Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o município pode

- (A) cobrar taxa em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
- (B) cobrar Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre operações de locação de bens imóveis.
- (C) criar, por meio de seu poder legislativo, Tribunais, Conselhos e Órgãos de Contas Municipais, estabelecendo-lhes competência.
- (D) prever, por meio de plano diretor, impedimento de instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

**— RASCUNHO —**

**DIREITO ELEITORAL****— QUESTÃO 25 —**

Nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, conhecida como Lei da Inelegibilidade, são inelegíveis:

- (A) para prefeito e vice-prefeito, no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de seis meses para a desincompatibilização.
- (B) para prefeito e vice-prefeito, os membros do Ministério Público e Defensoria Pública em exercício na comarca, nos seis meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais.
- (C) para qualquer cargo, os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena, pelos crimes contra o meio ambiente e a saúde pública.
- (D) para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, de governador de Estado ou território, do Distrito Federal, de prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, mesmo que já seja titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

**— QUESTÃO 26 —**

Leia a situação hipotética a seguir.

Uma semana antes da eleição, um candidato ao cargo de prefeito municipal realizou diversas reuniões com eleitores e distribuiu, ao final, quantias em dinheiro para cada participante. Justificou que o valor em espécie era uma "ajuda de custo" para que, no dia da votação, os eleitores fossem votar nele.

De acordo com o Código Eleitoral, Lei Federal nº 4.737, de 15 de julho de 1965, o caso hipotético descrito acima envolve:

- (A) fraude do voto, previsto no art. 309, com previsão de até três anos de reclusão.
- (B) pedido de apoio político, não se configurando como crime eleitoral.
- (C) crime de concentração de eleitores, previsto no art. 302, com previsão de reclusão de quatro a seis anos e pagamento de duzentos a trezentos dias-multas.
- (D) crime de corrupção eleitoral, previsto no art. 299, com previsão de pena de reclusão de até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multas.

**— RASCUNHO —**

**DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO****— QUESTÃO 27 —**

Leia o texto a seguir.

Em junho de 2018, foi noticiado que uma operação deflagrada pela Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo da Bahia (COETRAE), do Ministério Público do Trabalho (MPT), resgatou cinco operários que atuavam na construção de um posto municipal de saúde no município de Mata de São João, na Bahia, em condições de trabalho escravo. Os auditores fiscais do trabalho participantes da operação também interditaram a obra e aplicaram uma série de multas por descumprimento da legislação trabalhista. Eles também afirmam que o ente municipal não realizou adequada fiscalização da obra.

Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/2018-06-19/operarios-resgate-trabalho-escravo-bahia.html>>. Acesso em: 25 jul. 2018. [Adaptado].

Na situação relatada, a legislação aplicável prevê que:

- (A) ao Ministério Público do Trabalho compete, depois de deflagrada a operação, propor ação penal que poderá resultar em sentença que, além dos efeitos criminais, fixe valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.
- (B) os trabalhadores terão direito a indenização por dano moral individual e coletivo, por se tratar de crime contra a liberdade pessoal, mesmo que não se possa reconhecer o vínculo de emprego e seus efeitos.
- (C) aos trabalhadores é reconhecido o direito a verbas rescisórias e à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada.
- (D) o município é, objetiva e solidariamente, responsável pelo pagamento dos danos morais individuais e coletivos devidos aos trabalhadores, a serem declarados em ação civil pública.

**— RASCUNHO —****— QUESTÃO 28 —**

Promulgada em 2013, por decreto da presidenta Dilma Rousseff, a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, denominada Convenção sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública, garante a todas as pessoas empregadas pelas autoridades públicas, entre outros, os seguintes direitos:

- (A) garantia de proteção adequada contra todos os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical em matéria de trabalho.
- (B) garantia da existência de organizações de trabalhadores da administração pública, observadas regras emanadas das autoridades públicas quanto à sua formação, funcionamento e administração.
- (C) garantias aos representantes das organizações de trabalhadores da administração pública, que lhes permitam cumprir as suas funções, desde que fora das horas de trabalho.
- (D) garantia de meios adequados de solução de conflitos, com prevalência de mecanismos judiciais.

**— QUESTÃO 29 —**

Leia o texto a seguir.

Funcionária de empresa pública municipal sediada no sudoeste goiano obteve sentença favorável contra a sua empregadora, que foi condenada por não ter garantido repouso semanal em alguns períodos do vínculo, por não ter compensado e nem remunerado dias de trabalho prestado em feriados, por ter reduzido dias de férias e descontado parte do décimo-terceiro salário da empregada em virtude de faltas ao serviço motivadas por acidente de trabalho por ela sofrido. Liquidada a sentença, a condenação foi fixada em um montante de R\$ 100.000,00.

Considerando os fatos relatados,

- (A) a sentença, ainda que contrária à entidade da administração pública indireta, estará sujeita a reexame necessário, em virtude do valor da condenação, porém poderá ser provisoriamente executada em relação a verbas alimentares incontroversas.
- (B) a sentença, ainda que contrária à entidade da administração pública indireta, estará sujeita a reexame necessário, em virtude do valor da condenação, e poderá ser executada depois de confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho.
- (C) a sentença não estará sujeita a reexame necessário, e eventual interposição de recurso ordinário pelo ente público não terá, em regra, efeito suspensivo.
- (D) a sentença não estará sujeita a reexame necessário, e eventual interposição de recurso ordinário terá efeito suspensivo, desde que efetuado depósito recursal.

**— QUESTÃO 30 —**

Juscelino era empregado de empresa de terceirização de mão de obra contratada por um município do interior de Goiás e teve seu contrato rescindido unilateralmente pela empregadora no mês de julho de 2018. Considerando-se lesado no recebimento das verbas rescisórias, que considera devidas, mas receoso de propor ação judicial em virtude das inovações trazidas pela reforma trabalhista, o trabalhador busca firmar acordo extrajudicial com a antiga empregadora. Na hipótese narrada,

- (A) o trabalhador poderá requerer pessoalmente ao judiciário trabalhista, de modo escrito ou verbal, a homologação do acordo.
- (B) o trabalhador e a antiga empregadora poderão propor a homologação do acordo mediante processo de jurisdição voluntária, representados por advogado comum.
- (C) o juiz do trabalho, ao receber o pedido de homologação do acordo extrajudicial, designará audiência, mesmo que as partes sejam assistidas por advogado comum.
- (D) o juiz do trabalho, ao deferir o pedido, poderá executar de ofício as contribuições sociais relativas ao objeto do acordo que homologar.

**DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO****— QUESTÃO 31 —**

Dentre os princípios orçamentários, o da exclusividade é o princípio que:

- (A) determina que a arrecadação de receitas e a execução de despesas pelo setor público devem ser precedidas de expressa autorização legislativa, sendo vedado, como regra, início de programas ou projetos não incluídos em lei.
- (B) sustenta que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares, ainda que por antecipação de receita.
- (C) estabelece que o orçamento deve ter vigência de um ano, sendo que este exercício financeiro deverá coincidir com o ano civil.
- (D) permite que a elaboração de orçamentos paralelos não ocorra, procurando harmonizar e compatibilizar as leis orçamentárias constitucionais conforme uma única política orçamentária.

**— QUESTÃO 32 —**

O procedimento cautelar fiscal, em regra, poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial de dívida ativa. Entretanto, o requerimento da medida cautelar fiscal independe da prévia constituição do crédito tributário quando o devedor

- (A) intentar ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixar de pagar a obrigação no prazo fixado, não possuindo domicílio certo.
- (B) alienar bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao Órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei.
- (C) alienar ou tentar alienar bens, caindo em insolvência.
- (D) possuir débitos, inscritos ou não em dívida ativa, que, somados, ultrapassem trinta por cento do seu patrimônio conhecido.

**— RASCUNHO —****— QUESTÃO 33 —**

As disposições constitucionais nacionais, no que se refere a limitações ao poder de tributar, e às normas referentes às espécies tributárias, estabelece que:

- (A) os templos de qualquer culto não podem ser tributados sobre seu patrimônio, renda ou serviços.
- (B) na relação jurídico-tributária, a hipótese de incidência é a situação definida em lei como necessária e suficiente para que se considere surgida uma obrigação tributária.
- (C) a vedação de ser cobrado imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços entre pessoas jurídicas de direito público interno, competentes para instituir e cobrar tributos abrange também autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista.
- (D) o tributo que se relaciona a uma situação fática, específica, que envolva contribuinte na realização material da hipótese de incidência, é o imposto.

**— QUESTÃO 34 —**

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um instrumento de auxílio a governantes na gestão de recursos públicos, por meio de regras claras. Uma das regras presentes nesta legislação é:

- (A) a contratação de operações de crédito externo demanda autorização específica do Senado Federal e a presença de cláusulas que importem na compensação automática de débitos e créditos.
- (B) o plano plurianual deverá conter todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- (C) a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.
- (D) a destinação de recursos públicos para atender ao setor privado em situação deficitária é impedida.

**— RASCUNHO —**

**— QUESTÃO 35 —**

Leia a informação a seguir.

Um município instituiu todos os tributos de sua competência e fez, inclusive, a opção por fiscalização e cobrança do Imposto Territorial Rural, na forma da lei.

Nesta situação, pelas regras constitucionais de repartição de receitas, cabe a esse município o recebimento de

- (A) 25% da receita do IPVA de veículos licenciados em seu território, 50% da receita do ITR relativamente aos seus considerados imóveis rurais e 100% da receita do Imposto sobre Renda e Proventos, incidente na fonte, sobre a folha de pagamento dos servidores municipais.
- (B) 75% da receita do ISSQN de serviços prestados em seu território, 50% da receita do IPTU de imóveis em seu território e 100% da receita do Imposto sobre Renda e Proventos, incidente na fonte, sobre a folha de pagamento dos servidores municipais.
- (C) 100% da receita do ITR relativamente aos seus considerados imóveis rurais, 50% da receita do IPVA de veículos licenciados em seu território e 25% da receita do ICMS arrecadado por ele.
- (D) 100% da receita do ITR relativamente aos seus considerados imóveis rurais, 50% da receita do ITCD sobre transmissões e doações realizadas em seu território e 25% da receita do ICMS arrecadado por ele.

**— QUESTÃO 36 —**

No tocante às disposições e vedações constitucionais orçamentárias, a Constituição Federal do Brasil permite:

- (A) a vinculação de receita própria gerada pelo IPTU para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.
- (B) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas apenas quando excederem os créditos adicionais.
- (C) o Presidente da República enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação em projeto de lei relativo ao plano plurianual mesmo após iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (D) o Presidente da República dispor, por Medida Provisória, sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

**— QUESTÃO 37 —**

Em relação ao Sistema Tributário Nacional, conforme previsto no texto do Código Tributário Nacional e na Constituição Federal:

- (A) a tributação realizada para custeio do serviço de iluminação pública não pode ser feita por meio de taxa, podendo ser instituída, na forma das respectivas leis, a chamada Contribuição de Iluminação Pública pelos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (B) a tributação realizada em eventual existência de Território Federal será de competência da União que instituirá, neste território, tributos municipais e estaduais, ainda que haja municípios criados no mesmo.
- (C) a tributação realizada referente a qualquer tributo determina que o fato gerador de uma obrigação tributária qualificará a natureza jurídica específica do tributo, sendo fundamental, para tal determinação, a denominação exata deste e de suas características essenciais previstas em lei.
- (D) a tributação realizada quanto ao Regime de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos Estaduais, Distritais e Municipais é formada pela cobrança de contribuição instituída por cada um destes entes federados e cobrada de seus respectivos servidores.

**— QUESTÃO 38 —**

No que se refere a despesas administrativas, o empenho é um importante ato que antecede o efetivo pagamento por parte da administração, sendo uma espécie de reserva de orçamento e fomenta segurança jurídica entre as partes. Para que este ato administrativo ocorra conforme os ditames legais,

- (A) a autoridade competente pode, imediatamente, exarar a ordem de pagamento conforme legislação, quando ocorrer uma despesa sem o prévio empenho.
- (B) ele deve ser líquido e certo, sendo impossível a sua elaboração por estimativa da despesa, sem determinação do montante.
- (C) a nota de empenho deverá ser extraída e indicar o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- (D) o empenho da despesa pode exceder o limite dos créditos concedidos, no máximo até 50% deste.

**DIREITO IMOBILIÁRIO****— QUESTÃO 39 —**

Analisar o cartum a seguir.



Disponível em: <<https://sociologiadodireitounesp.blogspot.com/2015/09/o-dia-que-propriedade-privada-sucumbiu.html>> Acesso em: 15 de jul de 2018.

Sobre a aquisição de posse e propriedade:

- (A) o possuidor é todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade, ou seja, independentemente de documento.
- (B) o cartum retrata uma situação legal por ser justa a posse precária, violenta e clandestina.
- (C) a personagem acompanhada do emprego de força está correta, uma vez que o proprietário tem a obrigação de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
- (D) a propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário, ou seja, verificar-se-á a função social e a boa-fé para manutenção de sua titularidade.

**— QUESTÃO 40 —**

A Lei nº 6.766/1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências, estabelece que:

- (A) os loteamentos deverão atender as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano sem fins comunitários.
- (B) o parcelamento do solo apresenta restrições em caso de terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.
- (C) o parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou aglutinação, imprescindível para tanto a análise ambiental.
- (D) o projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela governo estadual mediante consulta pública.

**— RASCUNHO —**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****— QUESTÃO 41 —**

Segundo Didier Jr. (2016), o CPC/2015, com clara inspiração no CPC português, dedicou seu primeiro capítulo a apresentar um elenco de normas fundamentais do processo brasileiro, tal como:

- (A) o processo começa por iniciativa oficial e se desenvolve por impulso das partes, salvo as exceções previstas em lei.
- (B) a conciliação e a mediação deverão ser estimuladas por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público somente antes do curso do processo judicial.
- (C) aquele que participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé, com exceção dos juízes, por não ser parte processual.
- (D) ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

**— QUESTÃO 42 —**

As normas de competência do CPC/2015 dizem respeito à divisão de trabalho do Judiciário. Portanto, a ação

- (A) tem sua competência definida no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, devendo ser levada em consideração as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.
- (B) fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro do domicílio do réu.
- (C) possessória imobiliária será proposta no foro da situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- (D) em que o ausente for réu, só poderá ser proposta no foro de seu último domicílio.

**— QUESTÃO 43 —**

A gratuidade da justiça é considerada também como norma fundamental do processo civil, porque garante ao hipossuficiente o acesso à Justiça, consagrando assim valores constitucionais. Nesse contexto,

- (A) a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, tem direito à gratuidade.
- (B) a gratuidade da justiça não compreende as despesas com a realização de exame de código genético (DNA), tendo em vista que este tipo de prova pode ser substituída por outros meios menos onerosos.
- (C) o pedido de gratuidade somente pode ser formulado na petição inicial ou na contestação, afastando a possibilidade de se requerer gratuidade em fase recursal.
- (D) a concessão de gratuidade da justiça para a pessoa natural depende de prova que demonstre cabalmente a impossibilidade de arcar com as custas processuais.

**— QUESTÃO 44 —**

Os atos processuais são condutas praticadas pelas partes e têm vinculação direta com o andamento processual. Nesse contexto,

- (A) a desistência da ação produzirá efeitos imediatos, cabendo ao juiz homologá-la apenas como ato formal que põe fim ao processo.
- (B) os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes, ou na ausência deles, pelo escrivão.
- (C) os atos processuais serão realizados em dias úteis das seis às vinte horas.
- (D) a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 horas do último dia de prazo, sendo considerado como vigente o horário do local onde se pratica o ato.

**— QUESTÃO 45 —**

Referendando o norte teórico das reformas processuais do CPC/1973, o CPC/2015 permitiu o cumprimento provisório de sentença. Nesse contexto,

- (A) o cumprimento provisório de sentença corre por iniciativa da parte exequente, que se exime da responsabilidade de reparar os danos que tenha sofrido o executado, caso a sentença seja reformada.
- (B) antes do trânsito em julgado, para levantamento de dinheiro proveniente de depósito judicial, é necessário que o exequente promova caução suficiente e idônea arbitrada pelo juiz.
- (C) se a sentença, objeto do cumprimento provisório, for modificada ou anulada em parte, a execução de todo o objeto da sentença ficará sem efeito.
- (D) a possibilidade de cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, não fazer ou dar coisa não foi referendada pelo CPC/2015.

**— QUESTÃO 46 —**

A tutela da evidência é forma de tutela provisória regulada pelo CPC/2015 e será concedida, independente da demonstração de perigo de dano ou resultado útil do processo. Essa tutela

- (A) é absoluta novidade legislativa, pois o CPC/1973 não trazia previsão legal desse instituto jurídico e não havia nenhum instrumento no ordenamento jurídico anterior que pudesse conferir semelhante tutela jurisdicional.
- (B) é possível ser concedida liminarmente, em todas as hipóteses legais que carrega o artigo 311 do CPC/2015.
- (C) é possível ser concedida, desde que fundada em prova documental adequada, sendo esta entendida como prova plausível da demonstração do direito pleiteado.
- (D) é espécie de tutela cautelar, porque mantém a mesma natureza jurídica desta.

**— QUESTÃO 47 —**

O CPC/2015 trouxe alteração na tópica recursal, criando novel regramento jurídico na seara dos processos que tramitam nos tribunais, como por exemplo:

- (A) cabe agravo de instrumento apenas contra decisões interlocutórias que não resolvam o mérito do processo.
- (B) a apelação é recurso cabível contra sentença, assim entendido o pronunciamento judicial por meio do qual o juiz resolve o mérito.
- (C) o prazo para a propositura de agravo interno é o mesmo para propor embargos de declaração.
- (D) os embargos de declaração têm como escopo dirimir vício linguístico-discursivo de qualquer decisão judicial.

**DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL****— QUESTÃO 48 —**

De acordo com o Estatuto da Cidade, a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, estabelece que:

- (A) decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o município poderá proceder à desapropriação do imóvel, sendo vedado o pagamento em títulos da dívida pública.
- (B) aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até 250 m<sup>2</sup>, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (C) os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos, e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a 250 m<sup>2</sup> por possuidor, são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, mesmo que estes sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
- (D) o direito de preempção confere ao poder público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, porém não pode ser exercido para implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

**— QUESTÃO 49 —**

O licenciamento ambiental, regulado pela Resolução nº 237 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente e possui como objetivo a prevenção de danos ambientais. Sobre esse licenciamento, a resolução dispõe que:

- (A) para empreendimentos e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio independe de prévio estudo de impacto ambiental e relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/Rima), nos casos em que o resultado da audiência pública indicar a dispensa.
- (B) o empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo máximo de trinta dias, a contar do recebimento da respectiva notificação.
- (C) o poder público, no exercício de sua competência de controle, expedirá a Licença Prévia, a Licença de Instalação e a Licença de Operação, que poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

- (D) os empreendimentos e as atividades serão licenciados em dois níveis de competência, quando os empreendimentos e as atividades forem localizados ou desenvolvidos em mais de um município.

**— QUESTÃO 50 —**

A Lei do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado, Lei Federal n. 13.123, de 20 de maio de 2015, regula o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Essa lei dispõe que:

- (A) o acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável está condicionado à obtenção do consentimento prévio informado, em que a comprovação poderá ocorrer, a critério da população indígena, da comunidade tradicional ou do agricultor tradicional, por meio de assinatura de termo de consentimento prévio, registro audiovisual do consentimento, parecer do órgão oficial competente ou adesão na forma prevista em protocolo comunitário.
- (B) o Estado reconhece o direito de populações indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais de participar da tomada de decisões, no âmbito nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do país, desde que assistidas por órgão de representação oficial, sindicatos, associações ou Funai.
- (C) os benefícios resultantes da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições *in situ* ou ao conhecimento tradicional associado, serão repartidos, de forma justa e equitativa, com exceção dos produzidos fora do país.
- (D) o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético é órgão colegiado de caráter meramente consultivo, vinculado ao órgão ministerial responsável pela Ciência e Tecnologia, sendo responsável pela fiscalização e implementação de políticas para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e da repartição de benefícios.

**CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE JATAÍ E ESTADO DE GOIÁS****— QUESTÃO 51 —**

Oscar Leal, ao passar por Jataí, no final do século XIX, fez a seguinte observação:

Durante minha estada no Jataí, devia ter lugar a eleição dos candidatos à câmara do estado. No número dos apresentados pelos seus partidos, haviam alguns que podiam quando muito representar um eleitorado composto de orelhudos como vamos ver. O presidente da Intendência vendo que não fora possível se constituir a mesa na hora marcada, no dia designado, como determina o art. 22o do regulamento eleitoral, declarou não haver eleições.

LEAL, Oscar. *Viagem às terras Goyanas (Brazil Central)*. Goiânia: Editora da UFG, 1980. p. 195. [Adaptado]

O registro de Leal

- (A) enfatiza a importância do voto em Jataí.
- (B) ressalta a relevância da eleição da câmara.
- (C) destaca os partidos políticos da época.
- (D) ironiza o incipiente sistema eleitoral de Jataí.

**— QUESTÃO 52 —**

Leia o texto a seguir

Mesmo depois de construída a vila de Jataí, e instalada a sua primeira Câmara em 1885, cerca de 80% das pessoas que povoavam a região continuaram nos campos, em lidas da agricultura e, muito especialmente, da pecuária extensiva. Por isso, os professores leigos prosseguiram dando aulas nas fazendas, agora em maior número, que não dispensavam a sua colaboração. Precisavam deles. Sem contar o sacerdote do povoado, eram os principais guias intelectuais, apesar de todas as falhas ou defeitos de sua instrução precária, de curso primário nem sempre completo.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Velhas escolas*. Goiânia: Editora da UFG, 1998. p. 23.

De acordo com o autor, a maioria da população de Jataí, no século XIX, era rural. Sobre o ensino, nesse ambiente e nessa época, o autor considerou que:

- (A) tratava-se de um lugar que não valorizava a instrução formal, portanto dispensável.
- (B) era ministrado esse ensino por professores leigos, ainda assim era valorizado pela comunidade local.
- (C) era privilégio das crianças que moravam no povoado, sendo estas as mais favorecidas.
- (D) era oferecido, obrigatoriamente, pelo sacerdote do povoado.

**— RASCUNHO —**

## LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

### — QUESTÃO 53 —

Segundo a Lei Orgânica do Município de Jataí, é vedado ao vereador:

- (A) fixar ou manter contrato com o Município, desde o momento de sua posse.
- (B) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal, desde o momento de sua posse.
- (C) patrocinar causa junto ao Município que tenha como interessadas entidades da administração indireta, desde a expedição do diploma.
- (D) ser empregado de empresa particular que presta serviços à prefeitura de Jataí, desde a expedição do diploma.

### — QUESTÃO 54 —

O Plano Diretor do Município de Jataí dispõe sobre elementos do zoneamento urbano, exceto ao que se refere

- (A) ao macrozoneamento, parcelamento do solo urbano, seu uso e ocupação, construções, edificações e proteção ao meio ambiente, licenciamento e fiscalização, bem como os parâmetros urbanísticos e de utilização pública.
- (B) à criação de áreas de especial interesse urbanístico, ambiental, turístico e de utilização pública.
- (C) à obrigatoriedade de todas as áreas com vegetação densa de porte razoável ou de cerrado natural serem declaradas áreas especiais de interesse ambiental, ficando as mesmas isentas de impostos municipais.
- (D) à exigência de no mínimo 50% de área de preservação nos loteamentos a serem implantados em áreas especiais de interesse ambiental.

### — QUESTÃO 55 —

No tocante à estrutura do Poder Executivo municipal, a ação do governo local se norteará pelos seguintes princípios, exceto o

- (A) da valorização dos cidadãos, cujo atendimento deve constituir meta prioritária da administração municipal.
- (B) do aprimoramento permanente da prestação dos serviços públicos de competência do Município.
- (C) do entrosamento com o Estado e a União para a obtenção de melhores resultados na prestação de serviços de competência concorrente.
- (D) da busca do equilíbrio e separação de poderes, devendo respeitar, sempre, as decisões do legislativo local.

### — QUESTÃO 56 —

Em relação ao Código de Posturas Municipal, os munícipes que possuem edificações em área urbana

- (A) podem conservar águas estagnadas nos quintais ou pátios das edificações situadas em área urbana, de qualquer natureza, sob pena das sanções cabíveis e multa pecuniária.
- (B) podem manter edificações declaradas insalubres após vistoria e laudo técnico emitido por profissional habilitado ou servidor do município.
- (C) devem colocar, em toda edificação de uso coletivo, recipientes para lixo ou pontas de cigarro nos locais de estar, espera e corredores e demais lugares de uso comum.
- (D) podem ter canalizações sanitárias que recebam, direta ou indiretamente, águas pluviais ou águas resultantes de drenagens.

### — QUESTÃO 57 —

O Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 1445, de 27 de dezembro de 1990, dispõe que:

- (A) em regra, nas restituições de tributos e multas regularmente arrecadados, será deduzido do valor a ser restituído, importância correspondente a 20%, a título de despesa com exação, salvo quando houver erro não intencional de funcionário incumbido da arrecadação, a restituição será integral.
- (B) nenhuma restituição se fará sem expressa ordem do secretário de Fazenda do Município, a quem cabe, em todos os casos, conhecer e decidir o respectivo pedido em primeira instância administrativa.
- (C) prescreve em cinco anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição, contado o prazo da data desta.
- (D) os débitos legalmente prescritos só serão cancelados por ato do secretário de Fazenda do Município ou por decisão judicial.

### — QUESTÃO 58 —

O desenvolvimento de um processo documentado de inspeção, análise e avaliação sistemática das condições gerais e específicas de funcionamento de atividades ou execução de obras, causadores de impacto ambiental, define qual instrumento da política municipal de meio ambiente de Jataí?

- (A) Fiscalização ambiental.
- (B) Licenciamento ambiental.
- (C) Auditoria ambiental.
- (D) Monitoramento ambiental.

**— QUESTÃO 59 —**

São impostos vigentes e instituídos do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 1.445, de 27 de dezembro de 1990:

- (A) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Imposto Territorial Rural (ITR).
- (B) Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC).
- (C) Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC) e Imposto sobre a Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
- (D) Imposto sobre a Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI).

**— QUESTÃO 60 —**

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Jataí, ao município é permitido:

- (A) atribuir a execução de seus serviços à União ou ao Estado e, em situações idênticas, receber delegações da União e do Estado, mediante convênio e *ad referendum* da Câmara Municipal.
- (B) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou seu destino.
- (C) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei federal.
- (D) cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os institui ou aumentou.

**PROVA DISCURSIVA****— PARECER —**

---

Leia o caso proposto a seguir.

Uma empresa de construção civil da cidade de Rio Verde-GO construiu um edifício domiciliar na Cidade de Jataí-GO. Com a finalidade de evitar a incidência do tributo em razão do serviço realizado, esta empresa protocolizou um pedido de tutela antecipada antecedente na comarca de Jataí para suspender a exigibilidade tributária, e teve a tutela liminarmente deferida pelo juízo desta comarca que justificou ser o município de Jataí incompetente para cobrança deste tributo. Dada a controvérsia jurídica, a Secretaria da Fazenda de Jataí solicitou um parecer da Procuradoria do Município.

Como base neste caso, elabore um parecer tratando: 1) Dos aspectos processuais da decisão, bem como das medidas que devem ser tomadas para reverter a decisão; 2) Da espécie tributária condizente ao caso, como também a possibilidade de se realizar o lançamento deste tributo enquanto durar os efeitos da tutela antecipada concedida; 3) Dos efeitos da ocorrência ou não do lançamento.

**(20 pontos)**





